



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES – BHU**

EUGÉNIO SACHICOMBA PAULO CAPINGÁLA

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS (SOBAS) NOS
PROCESSOS ELEITORAIS DE 1992 E 2008 EM ANGOLA: UM OLHAR AO
MUNICÍPIO DE NHAREA - BIÉ**

REDENÇÃO

2022

EUGÉNIO SACHICOMBA PAULO CAPINGÃLA

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS (SOBAS) NOS
PROCESSOS ELEITORAIS DE 1992 E 2008 EM ANGOLA: UM OLHAR AO MUNICÍPIO
DE NHAREA - BIÉ**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida.

REDENÇÃO

2022

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS (SOBAS) NOS
PROCESSOS ELEITORAIS DE 1992 E 2008 EM ANGOLA: UM OLHAR AO
MUNICÍPIO DE NHAREA**

Trabalho de conclusão do curso apresentado aos _____ de _____ de _____, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. ° Rafael Antunes Almeida (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Prof. Dr. ° Marcos Vinícius Santos Dias Coelho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Prof.^a Dr.^a Natália Cabanillas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

RESUMO

O presente projeto de pesquisa se propõe a compreender o papel dos Sobas nas eleições gerais angolanas de 1992 e 2008 olhando especificamente o município de Nharea-Bié. Os Sobas são autoridades tradicionais que tiveram um percurso histórico na época colonial e continuaram a desempenhar o papel de atores políticos no período pós-independência. Considerando que essas personalidades participaram nos dois processos eleitorais acima referidos e tendo em conta a revisão bibliográfica do material já publicado sobre as Autoridades Tradicionais por Carvalho (2013), Bôas (2018), Vicente (2021), Florêncio (2010), Bittencourt (2016), Orre (2013) e Schubert (2013), entre outros, o projeto de pesquisa busca identificar como se deu a participação dos Sobas nas referidas eleições gerais. Metodologicamente o trabalho é de cunho qualitativo e recorre-se ao uso das entrevistas com Autoridades Tradicionais da época pois que elas são atores sociais com papéis cruciais e participaram ativamente nos dois pleitos.

Palavras-Chave: Autoridades Tradicionais/Sobas. Eleições. Angola.

ABSTRACT

The present research project proposes to understand the role of the Sobas in the Angolan general elections of 1992 and 2008, looking specifically at the municipality of Nharea-Bié. The Sobas are traditional authorities who had a historical trajectory in the colonial period and also occupy the role of political actors in the after the independence. Considering that these personalities participated in the two aforementioned electoral processes and taking into account the bibliographic review of the material already published on the Traditional Authorities by Carvalho (2013), Bôas (2018) Vicente (2021), Florêncio (2010), Bittencourt (2016), Orre (2013) and Schubert (2013), among others, the research project seeks to identify how the Sobas participated in the aforementioned general elections. Methodologically, the work is qualitative research and will be based on interviews with the Traditional Authorities of the time, considering that they are social actors with crucial roles and who have actively participated in both electoral processes.

Keywords: Traditional Authorities/Sobas; Elections; Angola

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO	7
3 HIPÓTESES	7
4 OBJETIVOS	8
4.1 Objetivo geral	8
4.2 Objetivos específicos	8
5 JUSTIFICATIVA	9
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
6.1 A ESTRUTURA DOS SOBAS NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL, SUA RELAÇÃO E O SEU APARELHAMENTO NA ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA COLÔNIA PORTUGUESESA	11
6.2 A RELAÇÃO DOS SOBAS COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO E O PODER INDEPENDENTE ANGOLANO	19
6.3 A PARTICIPAÇÃO DOS SOBAS NAS ELEIÇÕES DE 1992 E DE 2008.....	25
6.4 ELEIÇÕES DE 1992	27
6.5 ELEIÇÕES DE 2008	30
7 METODOLOGIA	35
7.1 Técnica utilizada	35
7.2 Local da realização da pesquisa.....	36
7.3 Descrição dos participantes.....	36
REFERÊNCIAS	37

1 APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa pretende estabelecer as bases para a compreensão do papel dos Sobas nas eleições gerais em Angola ocorridas nos anos de 1992 e de 2008. A investigação se voltará especificamente à província do Bié, em particular, para o município de Nharea.

Os Sobas são definidos no contexto angolano como autoridades tradicionais que segundo a Constituição de Angola no seu artigo 224º:

As autoridades tradicionais são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei (CRA, 2010, p. 79).

Portanto, para Fernando Pacheco (2002, p. 5) “os poderes tradicionais são sociedades linhageiras cuja organização social é fundada no parentesco e cujo substracto filosófico-religioso se baseia no culto dos antepassados”. Compunham a estrutura política na Angola pré-colonial e, com a chegada dos portugueses, estes atores ora defendem, ora negociam para manter e modificar suas funções. Logo, os Sobas sempre foram agentes históricos e políticos de fundamental importância no funcionamento da estrutura das sociedades que hoje integram o território de Angola.

Com a chegada dos portugueses no final do século XV e início do século XVI no reino do Congo, os Sobas tiveram que se adaptar ao novo contexto. Ocorre que a presença dos portugueses nos reinos do Congo e Ndongo mudam as funções destas autoridades tradicionais anteriormente exercidas nos seus reinos. Tais funções consistiam em governar parte do território que, de acordo com Janaína Rigo Santin e Carlos Teixeira (2020):

[...] apesar de existir um rei, denominado Ngola, cujos poderes estavam vinculados diretamente aos aspectos divinizados e sobrenaturais, o (atual Ndongo Angola) era dividido em vários *sobados* que, na prática, eram líderes independentes e com grande autonomia. Ao Ngola cabiam os poderes voltados ao campo do sagrado, importantes em momentos de dificuldades relacionadas aos elementos da natureza. Ao sobado atribuía-se o poder político e administrativo (SANTIN e TEIXEIRA, 2020, p.138).

Assim, altera-se também as relações com o soberano do reino do Congo, desta forma, cria-se um processo de interdependência da unidade política da qual eles faziam parte e as autoridades tradicionais ganham mais autonomia, passando a negociar diretamente com os portugueses.

Como consequência, no século XVI, os colonizadores tiram a soberania do Ngola, mas os Sobas continuam mantendo relações de autonomia de acordo com os seus interesses

políticos, econômicos e militares, conquanto que mesmo com a presença dos portugueses eles continuavam mantendo uma certa soberania.

Inicialmente Portugal estabeleceu contatos com os reis do Congo¹ e do Ndongo². Atual Angola localizada na África Austral, foi colônia portuguesa, sua luta de libertação teve início formalmente em 1961, e conduzida pelos três movimentos nacionais, nomeadamente a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)³, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁴ e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)⁵ que levou à conquista da Independência no dia 11 de novembro de 1975. Logo após independência, o país entra na guerra civil. Após uma longa guerra, é assinado Acordo de Bicesse⁶ em 1991, permitindo em 1992 a realização das primeiras eleições em Angola.

A temática das autoridades tradicionais no contexto angolano é discutida por vários autores dos quais destacam-se Flávia Maria de Carvalho (2013) que dialoga com Mário João Lázaro Vicente (2021), Filipe Pires Vilas Bôas (2018), e com Juliana Ribeiro da Silva Bevilâcqua (2016). Estes se debruçam sobre o papel dos Sobas antes da presença portuguesa, assim como o papel desses na construção das relações estabelecidas entre a elite política do Congo e/ou Ndongo e os portugueses nos séculos XVII, XVIII e XIX. De igual modo, Raymond F. Betts *et al.* (2016), Jean-Michel Mabeko-Tali (2013) e Fernando Florêncio (2010) apresentam como se dá o processo de ocupação e controle colonial nesse período do século

¹ O reino do Congo foi fundado no século XIII. Manicongo era o rei do território que se situava no sudoeste de África, correspondendo os territórios de Angola, os dois Congo e uma parte de Gabão. Segundo Charles Boxer (apud Carvalho, 2013, p. 59-60), o soberano desse reino exercia poderes políticos e também influenciava “os reinos vizinhos como Matamba, Ndongo, Loango”.

² O reino do Ndongo era uma das províncias autônoma do Congo, fundada no ano de 1563. Pagava periodicamente os tributos a Manicongo, era governado por um chefe local mani, escolhido pelo Manicongo (soberano do Congo). O Ndongo surgiu como Estado com o fortalecimento da autoridade de um chefe de uma linhagem que com a extensão dos domínios do mbundu do Norte em direção às regiões próximas ao rio kwanza, na metade do século XVI, Mbandi Ngola Kiluange funda o reino do Ndongo (CARVALHO, 2013).

³ Segundo Tatiana Pereira Leite Pinto (2012, p.27.30) “a fundição da União dos Povos de Angola (UPA) e o Partido Democrático de Angola” resultou em 1957 na fundação da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) pelo Holden Roberto.

⁴ De acordo com os manifestos de Lúcio Lara, cofundador do movimento, o MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola) teria sido fundado oficialmente em 10 de dezembro de 1956 por Mário Pinto de Andrade e “Joaquim Pinto de Andrade”, porém “os historiadores Jean-Michel Mabeko-Tali (2001) e Bittencourt (1999) discordam pois “não encontraram documentação capaz de provar que o movimento existia entre 1956 e 1960” (apud PINTO, 2012, p.30-31).

⁵ A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) constituiu-se em terceiro movimento na luta contra o colonialismo em Angola. Surgiu em 1966 fruto da saída do “Secretário-geral da UPA/FNLA (1961-1962) e Ministros dos Negócios Estrangeiros do GRAE (192-1964)”, Jonas Malheiro Savimbi. (PINTO, 2012, p. 56).

⁶ Os acordos de Bicesse foram assinados entre o governo da República Popular de Angola (RPA) e a UNITA em 1991, tendo sido intermediados por Portugal, Estados Unidos da América e Rússia. Estes acordos permitiram ao governo alterar “a lei constitucional” de 1976 baseada no sistema socialista modelo adotado pelo MPLA após a Independência, (MELO, João, 2014, p. 05). Estes acordos também permitiram como mudança a adoção para “a economia do mercado” e determinaram a data para a realização das primeiras eleições livres e gerais em Angola entre 28 e 29 de setembro de 1992, (*Idem*, 2014, p. 05).

XIX e início do século XX e a participação dos Sobas para implementação desse Estado Colonial Português Ultramarino, um Estado pequeno sustentado pelas Autoridades Políticas da região.

Entende-se, entretanto, que a abordagem até aqui apresentada pelos autores tem conferido muita atenção ao estudo das relações entre os sobados com os portugueses e suas funções nos antigos reinos que hoje constituem o território de Angola. Portanto, esta pesquisa pretende estudar a relação dos Sobas com os novos atores políticos de Angola Independente focando-se ao município de Nharea, província do Bié.

Neste projeto de pesquisa, descrevo, inicialmente o período pré-colonial e durante a presença colonial para entender a estrutura dos Sobas antes da presença colonial, também de forma muito breve para perceber como se dá os contatos com os portugueses e seu aparelhamento de nos empreendimentos lusos. Como recorte central desse projeto volto-me aos anos de 1992 e 2008, porque compreendo que o papel dos Sobas nas eleições demanda análises mais aprofundadas.

2 DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

Os períodos centrados pela pesquisa foram abarcados de ricos acontecimentos na vida sociopolítica de Angola. É em 1992 que se insere em Angola o multipartidarismo, altera-se também a designação de Angola, de República Popular de Angola para a República de Angola e aprova-se a Lei constitucional 23/92 que estabeleceu a data para a realização das primeiras eleições gerais. As eleições ocorrem de 29 a 30 de setembro, mas volta-se à guerra civil após a divulgação dos primeiros resultados.

Já o ano de 2008, com o fim dos 6 anos de guerra civil, volta-se a realizar as segundas eleições gerais, desta vez há integração dos militares das duas partes beligerantes num exército nacional, as Forças Armadas Angolanas (FAA) que garantem a paz efetiva. Por outra, assiste-se a emergência no cenário angolano novas formações políticas sem viés de guerra.

Desse modo, elabora-se as seguintes perguntas: qual é o papel dos Sobas nas eleições gerais de 1992 e 2008? Tendo em vista o município de Nharea, em que termos se deu a colaboração dos Sobas com os partidos políticos MPLA e UNITA? Por que colaboraram e quais foram as consequências dessa colaboração ou participação para os resultados eleitorais?

Considerando que analisaremos dois pleitos, que ocorrem em contextos diferentes, interessa-nos também questionar do ponto de vista da participação dos Sobas nas eleições, quais diferenças existem entre 1992 e 2008?

3 HIPÓTESES

H1 – O papel dos Sobas nas eleições de 1992 consistiu na mobilização/sensibilização das populações (massa votante) nas regiões controladas por eles;

H2 – A existência em Angola nos anos pós-independência até 1992 de zonas controladas pelo governo (MPLA) e zonas sob relativa influência da UNITA, pressupõe que alguns Sobas colaboram diretamente com os dois partidos na mobilização da massa votante apelando o voto com base o grau de influência do partido na região;

H3 – Nas eleições gerais de 2008 a UNITA perde o poder de influenciar os Sobas, e o MPLA, partido-governo, que agora controla o espaço total do país, incorpora essas autoridades e torna-as aliadas para mobilização, e assim, buscar o voto da população.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

➤ Compreender o papel dos Sobas nas eleições gerais angolanas de 1992 e 2008 no Município da Nharea, Bié.

4.2 Objetivos específicos

- a) Identificar como os Sobas estavam estruturados e como foram sendo introduzidos nas novas estruturas administrativas trazidas pelos portugueses;
- b) Entender a relação dos Sobas com os Movimentos de Libertação Nacional, assim como a relação de poder no Estado independente angolano;
- c) Discutir o papel da participação dos Sobas nas eleições gerais de 1992 e de 2008, sua colaboração nas campanhas dos partidos políticos (MPLA e UNITA).

5 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu na disciplina de Relação e Estrutura Social, ministrada à época pelo Prof. Rafael Antunes Almeida, em que discutíamos a respeito do texto de Clara Carvalho (2000), intitulado *A revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco da Guiné-Bissau*. O debate sobre os Régulos na Guiné-Bissau suscitou-me indagações para se pensar a realidade de Nharea, município onde os Sobas sempre se constituíram em atores importantes na intermediação entre o Estado e as populações da localidade.

A escolha do município justifica-se por eu ter nascido nesta região, assim, a existência de alguns familiares meus a exercerem as funções de Sobados, desde gerações passadas até hoje, facilitará a realização da pesquisa, particularmente nas entrevistas com essas autoridades.

Ao debruçar-me sobre o assunto, constatei que historicamente são visíveis a participação e a influência dos Sobas em Angola, particularmente na província do Bié, no que diz respeito à vida da organização socioeconómica, política e cultural do município de Nharea⁷. Por outro lado, nota-se poucos estudos que abordam a participação dessas autoridades da região, lacuna que esta pesquisa pretende parcialmente preencher. Tendo em vista este cenário, seria interessante compreender qual foi o papel dos Sobas nos dois processos eleitorais na província do Bié, em particular no município de Nharea.

De igual forma, em Angola discute-se hoje a problemática da implementação das autarquias locais. Indaga-se como seriam implementadas as autarquias nos locais onde o poder do Estado é ainda ineficaz. Nesta perspetiva uma discussão da história política acerca do tema é imprescindível no sentido de oferecer subsídios para uma discussão contemporânea sobre os Sobas em Angola, considerando que há pouca literatura sobre o tema.

Ao voltar-me para o município de Nharea, onde os Sobas sempre desempenham um papel importante na estrutura política, e a pesquisa mostra-se relevante exatamente por existir ainda um número reduzido de estudos em Nharea no que toca a atuação dos Sobas na estrutura política, principalmente do papel exercido por eles nas eleições. Na mesma senda, a pesquisa possibilitará que futuros pesquisadores de universidades angolanas recorram a ela para a realização de outras investigações.

⁷ Nharea é município do Bié mais a norte-leste dessa província. O Soba e o Regedor são autoridades que conduzem a vida sociopolítica deste município. Eu próprio, sempre que lá fosse visitar, encontrava comerciantes vindo de outros municípios ou províncias e a primeira autoridade a que se dirigem para ser acolhidos é o Soba ou regedor da comuna, bairro ou aldeia.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica está composta por três tópicos que abordam o lugar dos Sobas na literatura disponível. O primeiro (6.1. a estrutura dos sobas no período pré-colonial, sua relação e o seu aparelhamento na estrutura político-administrativa da colônia portuguesa) é apresentado com base na discussão de Carvalho (2013) e Vicente (2021) para os quais os Sobas colaboraram ao estabelecerem relações com os portugueses. Estes, inicialmente, mantiveram contatos com o próprio Ngola, posteriormente com os próprios Sobas.

O mesmo tópico também é analisado por Betts *et al.* (2016), Jean-Michel Mabeko-Tali (2013) Fernando Florêncio (2010). Eles mostram como as autoridades políticas tradicionais nos Estados africanos se relacionam com os colonizadores europeus e como elas foram sendo introduzidas nesta ideia de Estado contemporâneo.

O segundo ponto (6.2.) refere-se à apresentação da relação dos Sobas com os Movimentos de Libertação e o poder independente angolano. Assim, para se entender a relação dos Sobas e a sua entrada no jogo do poder da Angola independente, recorre-se ao estudo de Aslak Orre (2012), no qual ele analisa a relação dos Sobas com os movimentos de libertação principalmente o Estado-independente em Angola e Moçambique.

A discussão de Orre (2012) concorda com a de Manuel Maria Braga (2005), e não menos importante a do Vítor Alexandre Lourenço (2007). Braga (2005, p. 54) caracteriza os partidos políticos africanos da região subsaariana delimitando-se no século XX, período da “colonização efetiva e da pós-colonização/independências”. Já Lourenço (2007) perscruta a relação das autoridades tradicionais com o Estado pós-colonial e a incorporação dessas entidades nas instituições deste novo Estado.

Os últimos pontos (6.3; 6.4. e 6.5.) tratam da participação dos Sobas nas eleições de 1992 e de 2008. Sua colaboração nas campanhas dos partidos políticos (MPLA e UNITA), é discutida por Marcelo Bittencourt (2016), Jon Schubert (2013), João Melo (2010) e Pacheco (2010).

6.1 A ESTRUTURA DOS SOBAS NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL, SUA RELAÇÃO E O SEU APARELHAMENTO NA ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA COLÔNIA PORTUGUESESA

Neste tópico, apresenta-se a estrutura dos Sobas antes da colonização e sua relação com os portugueses. Ora, a implementação da colonização efetiva na África pelos europeus especificamente em Angola inicia, segundo Peter P. Ekeh (2016, p. 428), “no fim do século XIX e início do século XX”.

Os Sobas são aqueles que antes da presença de colonizadores europeus sempre foram intermediários e interlocutores importantes no jogo político dos reinos. Eles, desde a chegada dos portugueses continuaram sendo atores históricos, políticos e de fundamental importância na organização da estrutura política das sociedades onde hoje é o território de Angola (Carvalho; 2013 e Vicente; 2021).

Com a presença dos portugueses, eles terminam tirando a soberania do Ngola⁸, mas os sobas continuaram a manter relações de autonomia de acordo com os seus interesses políticos, econômicos e militares com os portugueses mantendo uma certa soberania. Com a chegada de fato do colonialismo no século XIX e com o estabelecimento de empreendimentos coloniais, os Sobas novamente se adaptaram.

Ao entender o papel dos Sobas na construção das relações estabelecidas entre a elite política e os portugueses nos séculos XVII e XVIII, Carvalho (2013, p. 35) considera que o reino do Ndongo estava, “desde a sua fundação no ano de 1563, submetido ao Congo”, ou seja, era uma das províncias autônoma do Congo que pagava periodicamente os tributos a Manicongo. E “O poder espiritualizado do Ngola era complementado na prática com o poder dos sobas. Os territórios do Ndongo eram divididos por sobados, cada um deles governado por respectivo soba” (CARVALHO, 2013, p. 46).

Percebe-se que essa independência se deve pela geografia do Ndongo visto que muitos territórios ficam isolados do Congo, no Ndongo ainda, os Sobas se constituem em personagens decisivos e com a autonomia política. Com esta autonomia os Sobas conseguem estabelecer mais aproximação com funcionários portugueses.

⁸ Ngola era autoridade principal do Ndongo, cujos poderes estavam vinculados às características divina e sobrenaturais. Esta autoridade tinham as funções de promover a chuva, controlar os fenômenos da natureza em contrapartida recebia por parte da população recompensas o pagamento de tributos. (CARVALHO, 2013).

A hierarquia política do Ndongo era organizada pelo Ngola, e abaixo desse existiam “os mbanza (chefes regionais), os sobas (chefes locais), os macotas (conselheiros do Ngola), mas sua escolha dependia de mbanza” e de Sobas, frisa Vicente (2021, p. 35). A principal função era exercida pelo sacerdote feiticeiro mor, que era basicamente o Manidongo do reino. De realçar que o vasto poder e autonomia dos Sobas no controlo de territórios não significava ter os mesmos privilégios. Deve-se, portanto, entender que existiam Sobas ricos e Sobas pobres.

Socialmente, o Ndongo se organiza a partir de filhos de *murinda* considerados:

homens livres, não deviam ser vendidos “(makotas= filhos/as de homens naturais de “murinda”), e (“filhos de quigicos”) propriedade coletiva da *murinda*, não podia ser vendida) dentro dos “quigicos” existiam aqueles que eram vendíveis chamados mubikas (VICENTE, 2012, p. 58).

O reinado do Ngola Mbanei Kiluanji⁹, é, segundo Carvalho (2013), o marco inicial dos contatos entre autoridades políticas e os portugueses com a visita de Paulo Dias de Novais em 1560 quando esse, ao pretender obter informações sobre os potenciais do Ndongo, culmina detido. O prisioneiro foi liberto apenas em 1565.

Novais promete conceder ajuda militar ao Ngola Kiluange Kia Ndombi para lutar contra seus inimigos, porém nos anos seguintes nota-se a intensificação dos objetivos portugueses consubstanciados em dominar territórios adjacentes do Ndongo. Assim, em 1575 os portugueses negociam escravos na região de Ilamba, chegam a controlar o comércio fluvial do rio Kwanza até a foz do rio Lukala, e também são construídas três principais fortalezas nomeadamente, Massango, Muxima e Cambembe, fortalezas essas que foram fundamentais para o estabelecimento da colonização portuguesa.

O governante português escolheu como estratégia a aliança com soberano do Ndongo tendo o ajudado na luta contra Kiloange, porém, com a derrota de Quiloange a influência portuguesa cresce na região permitindo ampliar suas áreas cuja influência e ampliação levam a travar batalhas contra os Sobas de Muxima Quitangombe e Quizua. Como resultado, as tropas portuguesas avassalam o Soba Bamba Fungo, assegura (CARVALHO, 2013).

Neste sentido, Carvalho (2013) e Vicente (2021) concordam que os contatos entre os Sobas e os portugueses eram intermediados pelos *macunzes* ou *mafoungnes*¹⁰ principalmente

⁹ Foi o pai da famosa rainha Njinga a Mbande. Reinou de 1592-1617, após sua morte, toma o poder o Kiluanji. Ngola Mbande, irmão de Njinga a Mbande, (UNESCO, 2014).

¹⁰ Eram membros da hierarquia do Congo e Ndongo com função de embaixadores que intermediavam “os contatos formais” entre a elite portuguesa e “os membros das elites políticas locais” (Carvalho, 2013, p. 51).

em questões de negociações comerciais. Essas relações comerciais vão ligar o Ngola e os portugueses tendo mesmo participado nesse processo pessoas livres e escravizadas. Com o envolvimento desse séquito os portugueses conseguem obter informações estratégicas sobre as autoridades políticas do Ndongo.

A descentralização política do reino do Ndongo em relação ao poder do Manicongo, na visão de Carvalho (2013), Vicente (2021) e Bôas (2018), serviu de vantagem para a penetração dos interesses portugueses na terra do Ngola. A influência e a concentração dos portugueses nas terras do Ndongo possibilitam a negociação de escravizados com os Sobas.

Após a invasão dos Jagas, o Ndongo extingue sua subordinação ao reino do Manicongo, desta feita, os portugueses dedicam-se em obter informações da geografia do Ndongo, e com essas informações eles conseguem identificar os pontos estratégicos servindo de bases militares para a implementação e manutenção de seus interesses nos reinos do Congo e Ndongo.

A influência e a concentração dos portugueses nas terras do Ndongo têm como efeito a negociação de escravizados com os Sobas. Essa influência facilita a invasão dos povos Jagas no Ndongo culminando na extinção da subordinação desse reino ao Manicongo. Assim,

[...] [o]acontecimento que determinou o enfraquecimento do Congo nesse contexto foi a invasão dos Jagas no ano de 1568”. [...] e foi justamente a depois da invasão Jaga ao Congo que as relações entre Congo e Portugal se alteraram e terminaram por fazer os portugueses se aproximarem do Ndongo (CARVALHO, 2013, p. 61).

A invasão dos Jagas em 1568 determinou, de certo modo, segundo Carvalho (2013) e Vicente (2021), o enfraquecimento do Congo, embora após a invasão, os partidários de Dom Álvaro tentassem estabelecer com colonos portugueses alianças no sentido de expulsar os Jagas do Congo,

os Jagas saíram vitoriosos, fazendo com que Dom Álvaro fugisse, e terminasse solicitando ajuda do então rei português Dom Sebastião. Os portugueses junto com os partidários de Dom Álvaro levaram cinco anos para expulsar os Jagas do Congo (CARVALHO, 2013, p. 66).

Com essas alianças, principalmente no século XVII, o Ndongo consegue manter sua independência face às numerosas batalhas com o Congo permitindo os Sobas cooperarem no comércio escravista. Também a derrota militar do Soba culminava no “avassalamento”, que na visão de Vicente (2021, p. 67) esse processo consistiu na “sujeição do [soba] ao senhor [colono] tomou debaixo da sua proteção”.

Assim a penetração dos portugueses nos sertões do Ndongo leva ao aumento de comércio de escravizados, e o crescimento do mercado atlântico. Portanto, a cooperação dos

Sobas após a independência do Ndongo possibilita “o crescimento de vários sobados aliados aos portugueses” (CARVALHO, 2013, p. 67).

Desta forma, o Soba faz pagamento do tributo, por conseguinte, a sua autoridade é reconhecida. Para além deste vínculo formal, o Soba avassalado se compromete a prestar o auxílio militar aos portugueses, e abre seus territórios ao comércio português (os produtos, escravizados, além de pagar tributos anualmente). Também passa a converter-se ao cristianismo e aceita a política dos capitães mores, que consistia em tornar Sobas carregadores e transportadores de escravizados, e mercadoria, em compensação a coroa concede a defesa contra seus inimigos.

A atuação dos Sobas foi crucial para a implantação do poder colonial no Ndongo, na visão de Carvalho (2013) e Vicente (2021), visto que as interações entre essas autoridades com os portugueses ensejaram transformações profundas nas estruturas do reino, apesar de mostrarem certa resistência contra a presença dos colonos. Eles recriaram suas formas de atuação para manter seus interesses no comércio, e deste modo perpetuar seus interesses políticos participando ativamente, como consequência, nos primeiros anos do século XVII o Ndongo é conquistado, e em 1626 a coroa portuguesa passa a indicar e escolher os chefes do reino.

Portanto, é importante considerar que as alianças não foram saudáveis, pois se assistiu à oposição de certos Sobas em relação à presença portuguesa no Ndongo, chegando alguns a efetuar ataques diretos. Outros romperam os acordos, ou não cumpriram as cláusulas dos mesmos. Outras frentes de resistência são a recusa em abandonar as crenças tradicionais.

Nesta concepção, é crucial considerar que:

No entanto, tomando como referência comparativa outros exemplos empíricos já estudados, pode adiantar-se que as transformações sociais e políticas ocorridas nas instituições de poder tradicional, por via dos impactos das administrações coloniais ou das transformações internas das próprias sociedades, nem sempre foram suficientes para destituir estas instituições da sua legitimidade política e religiosa, pelo menos para partes significativas das populações rurais africanas. Mesmo porque as autoridades jogavam por vezes um papel profundamente ambíguo entre a defesa dos interesses do Estado colonial e das suas próprias populações, e não raras das vezes assumiam mesmo um papel de liderança na resistência ou revolta próprias das populações (FLORÊNCIO, 2010, p.116).

Estas autoridades revoltadas passaram a ser chamadas de “sobas alevantados” porque ora aceitam, ora não aceitam a presença dos portugueses nos seus territórios, (VICENTE, 2021, p. 74).

Investigando as dinâmicas sociopolíticas, nas décadas de 1840 e 1860, especificamente os espaços de ação, as táticas e estratégias utilizadas por africanos, moradores

e pequenos agentes coloniais de carreira militar, Bôas (2018) reforça que as relações estabelecidas com portugueses e moradores do Golungo Alto facilitaram a abertura de novos caminhos comerciais mediados pelos Sobas originando novos arranjos políticos africanos, “O mesmo se aplica os Sobas da região do Golungo Alto, como Bango Aquitamba, que desde o século XVI estava envolvido com o tráfico de escravizados e fornecimentos de provisões aos portugueses” (BÔAS, 2018, p. 119).

O envolvimento de Sobas no comércio no século XIX permite a emergência de pequenos sobados que passam a empreender ativamente no tráfico ilegal. Chamados de “novas elites” chegam mesmo a ameaçar a elite antiga, e alguns chefes atuam como agentes da administração colonial no recrutamento de mão de obra, na recolha de impostos e de dízimo,

Esse processo parece ter ganhado ainda mais força quando as comunidades de maior peso político como Kassanje encontraram dificuldades em se reestruturar perante a falência do comércio legal de escravizados, abrindo ainda mais o caminho para que pequenos grupos, em sua maioria sem relação formal com a administração colonial, se envolvessem no tráfico ilegal nas regiões costeiras de pouca ação portuguesa (BÔAS, 2018, p. 117).

Eles também fornecem mão de obra servindo de transportador de produtos agrícolas, bens comerciais, e de força militar. Essa força serviu para combater os Sobas hostis aos interesses lusos e posteriormente como trabalhadores de campos de café, algodão etc. Essas autoridades participam nas atividades de comércios de curta, média e longa duração, por exemplo,

O Soba Camexe de Malanje demonstra ser uma grande autoridade local, agindo como Soba avassalado de importância estratégica aos interesses portugueses e bastante valorizado pelos agentes coloniais, na medida em que apresenta lavouras significativas (GRAÇA, 1867, *apud* BÔAS, 2018, p. 128).

Portanto, o envolvimento das autoridades no projeto colonial passou a ser importante visto que os portugueses, necessitando descobrir os espaços de comércio, viram-se obrigados a recorrer às autoridades locais, conquanto que os Sobas para manterem seus interesses aceitam estabelecer alianças preservando seu prestígio político, assim como aumentar e acumular bens advindos dos produtos produzidos nos seus sobados.

A mesma posição é partilhada por Bevilacqua (2016) ao considerar que as alianças se tornaram estratégias utilizadas pelos chefes locais para manter seus poderes, ou seja, os Sobas atuam como intermediários no recrutamento de trabalhadores para as minas se adequando à

nova realidade surgida com a criação do Museu do Dundo¹¹ em 1961 pela a Companhia de Diamantes de Angola.

A criação desse Museu visou implicitamente controlar os povos da localidade, o que leva um número maioritário de Sobas a participar nos projetos coloniais de diferentes maneiras, do mesmo modo, o papel dessas autoridades locais se circunscreveu no recrutamento de trabalhadores, nas alianças vincadas por meio de “avalassamento” possibilitando desta feita as negociações “diretas nas trocas de presentes entre autoridades locais e os portugueses por intermédio da Companhia de Diamantes de Angola” (BEVILÂCQUA, 2016, p.35).

Apesar de os Sobas estarem cientes da violência física dos trabalhadores por eles recrutados, todavia, eles participam nos projetos coloniais, discursam nas festas destacando os benefícios dos empreendimentos portugueses no local, em contrapartida, eles recebem “tratamento especial com direito a lugares nas arquibancadas, direito a jantares, presenteados com vários bens”, desta forma, eles garantiram a sua participação na construção daquilo que viria a ser Angola (BEVILÂCQUA, 2016, p. 350).

Portanto, convém considerar que a relação dos Sobas com os portugueses foi ganhando novas dinâmicas na medida que as sociedades foram mudando. Desta maneira, faz-se brevemente a contextualização da relação do império português com os Sobas dentro da natureza da administração colonial das colônias em África, e assim entender o processo de incorporação das Autoridades Tradicionais nos modelos administrativos coloniais, isto é, administração Direta e Indireta, visto que este processo leva a compreender como essas autoridades foram sendo introduzidas nesta ideia de Estado Contemporâneo.

Betts *et al.* (2016, p. 353) contextualiza que “a conquista e ocupação” da África pelos colonizadores europeus implicou na criação de “uma rede administrativa” que unificasse as suas ideias e crenças. Para o efeito, implementou-se a “política indígena” expressão que serviu não só para designar os africanos, mas também representou teórica e praticamente admitir que a política colonial não estava efetivamente assegurada, daí a necessidade de se incorporar o pessoal e as “instituições autóctones” que passaram a desempenhar a função complementar e auxiliar nesta política.

¹¹ O Museu do Dundo foi criado no ano 1961 pelos funcionários portugueses da Companhia da Diamang. No fundo, a criação desse Museu visou tacitamente dar aos Sobas a possibilidade de participarem nos empreendimentos portugueses. Com isso, os Sobas passaram a entregar elementos representativos do seu poder para compor o acervo do Museu. Para Bevilâcqua (2016, p. 284) “O museu era o espaço de compensações, das representações mediadoras-símbolos e emblemas- das relações sociais e dos identitários, em que as ações dos portugueses eram vistas como legítimas e validadas pela memória”.

A administração britânica tendeu a apresentar traços de autonomia, já a adotada pela França e Portugal procurou conceder “certa integração”, contudo, a conquista e a dominação militar europeia antes da Segunda Guerra Mundial desempenharam papel importante, pois determinaram a maior parte “dos métodos de controle administrativo no final do século XIX”, (BETTS *et al.*, 2016, p. 356).

No entendimento de Mabeko-Tali (2013, p. 746) apesar de o sistema britânico Administração Indireta ser apresentado como ter sido “menos brutal” em relação a Administração Direta, utilizado pelos franceses e portugueses, esses sistemas visaram praticamente resolver o funcionamento administrativo o que leva os europeus a recorrer “à ajuda das figuras africanas para reduzir o custo inerente ao funcionamento do sistema, e assim descentralizar o trabalho e tornar as estruturas administrativas mais eficientes”.

A administração colonial, na visão de Betts *et al.* (2016, p. 356), permite a participação das autoridades africanas apesar de serem subordinadas ao poder colonial de forma indireta, porém, a inclusão dos chefes locais na administração colonial se justificou pela ausência do pessoal europeu “para administrar as novas possessões” onde estavam as companhias concessionárias.

O surgimento da administração indireta não objetivou integrar as figuras políticas das colônias no sistema administrativo britânico, porém reduzir ao máximo os gastos na gestão dos territórios. Já o sistema do *direct rule*, utilizado com regularidade pelos franceses e portugueses, apesar da abertura de algumas brechas constatadas visaram “forjar identidades aos colonizados”, e tornar a violência “menos direta” exceto quando se pretende debelar e controlar as revoltas nas colônias (MABEKO-TALI, 2013, p. 747).

A descentralização simbólica da violência na administração indireta estava assente na seguinte estrutura:

a Native Authority (que geria os assuntos “costumeiro” dos nativos), a Native Treasury (encarregada de gerir as finanças da administração local), e a Native Court (encarregada dos assuntos jurídicos das comunidades nativas) (MABEKO-TALI, 2013, p. 748).

Com isso, o governador ao delegar responsabilidades de poderes aos chefes locais poupava significativamente os recursos tanto humanos como financeiros da Metrópole.

Com relação ao modelo colonial direto (*direct rule*), modelo francês, apesar de o governador conceder algumas brechas, isto é, a existência de pequenos “círculos” e “aldeais” onde o chefe local era nomeado, o governador dominava o topo da hierarquia colocando as figuras africanas no “beco sem saída”, ora o governador da colônia vigiava os espaços do

nomeado, deste modo, o poder que outrora era sagrado e honroso perante às populações foi ficando cada vez mais banalizado (MABEKO-TALI, 2013, p.750).

Desta feita, para se gerar obediência da população, imputavam-nos funções, primeiramente, cumprir as exigências coloniais como impor às populações o trabalho forçado, recrutar nas comunidades agentes que servissem nas milícias coloniais principalmente nas duas Guerras Mundiais.

No contexto dos povos do centro-sul de Angola, nomeadamente as províncias de Huambo, Bié e Benguela, as relações entre os povos Ovimbundo e os portugueses iniciaram no século XVII tendo desenvolvidas com base às questões comerciais. Neste sentido, Florêncio (2010) destaca que,

Apesar da fraca presença da autoridade portuguesa nesta região, contudo os portugueses já tinham estabelecido desde o século XVII fortes relações comerciais com o *hinterland* das terras altas do planalto central, conhecidas pela designação de "terras do Nano". Neste período, os Ovimbundo tinham já desenvolvido um forte sentido comercial, controlando e organizando caravanas comerciais que ligavam o interior do continente com os centros comerciais costeiros. (FLORENCIO, 2010, p. 100).

Contudo a relação foi sendo marcada de ambiguidade pois que, para além das alianças cravadas, se desencadearam conflitos, assim:

As relações entre as autoridades portuguesas e os Ovimbundo foram sempre extremamente ambíguas, marcadas ora por alianças precárias com certos *olossoma*, ora, sobretudo, por uma enorme conflitualidade, bem documentada para o período a partir de finais do século XVIII. Contudo, a rivalidade entre os reinos Ovimbundo e as autoridades portuguesas não impedia que as trocas comerciais florescessem nesse período, e a Catumbela tornou-se um próspero lugar de troca com as caravanas Ovimbundo, que vinham do interior, do Bié e do Bailundo (PÉLISSIER, 1986, *apud* FLORENCIO, 2010, p. 100).

O papel dos Sobas Ovimbundo com os portugueses consistiu na intermediação de trocas de bens agrícolas, prática frequente nesses reinos, desta forma, o povo Ovimbundo passou a ligar o interior ao litoral:

O contacto cada vez mais frequente com comerciantes europeus, nomeadamente portugueses, que se foram estabelecendo no planalto impulsionou os Ovimbundo para servirem de intermediários entre o interior e os entrepostos comerciais europeus, nomeadamente com Benguela (FLORENCIO, 2010, p. 102).

No que diz respeito a incorporação dos Sobas na administração colonial adianta-se que:

[...] a administração implementava uma relação hierárquica entre as autoridades tradicionais, nomeando alguns *olossoma inene*, a quem a administração colonial designava por sobas grandes, como os sobas mais importantes do posto administrativo, dando-lhes ao mesmo tempo o título de regedores. Assim, num posto podiam existir vários regedores, que detinham a responsabilidade sobre vários *olossoma* e respectivas *olumbala* (FLORENCIO, p. 109).

Em suma, as potências colonizadoras criaram novos espaços para o escoamento de bens a parceiros sob sua administração. Estas estratégias de administração consistiram na transferência de relativas responsabilidades às autoridades tradicionais, porém, as pretensões visaram dilatar os intentos europeus nas colônias, ora vejamos:

É neste período que as diferenças em termos de estratégia de colonização se agudizam, apostando a Inglaterra numa delegação de responsabilidades, no sentido de dar alguma representatividade (mais aparente que efectiva) aos interesses africanos (especialmente aos das suas elites tradicionais), de modo a preparar uma eventual independência que só ocorreria a longo prazo; a França idealizando um grande império totalmente integrado, onde todos os indivíduos usufruíam de uma nacionalidade francesa e teriam o mesmo estatuto de cidadania (iguais direitos e deveres) e; Portugal, continuando a prosseguir a política possível (num ambiente de antagonismo cada vez mais evidente entre a metrópole e as colônias), dadas as diversas vicissitudes que o regime (Estado Novo) começava a enfrentar em termos internos. Estas diversas opções resultaram no crescimento efectivo (tanto em número, como em relevância) dos partidos políticos africanos, nos dois primeiros casos, e no aparecimento de fenómenos que rapidamente degeneraram em movimentos de guerrilha nas colônias lusófonas (mormente na Guiné Bissau, Moçambique e Angola). (BRAGA, 2005, p. 64).

Analisa-se a seguir a relação dos Sobas com os Movimentos de Libertação, assim como o poder do Estado independente angolano uma vez que os contatos entre os movimentos de libertação e os Sobas foram marcados de desconfiança pela anterior relação dessas autoridades com o poder colonial.

6.2 A RELAÇÃO DOS SOBAS COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO E O PODER INDEPENDENTE ANGOLANO

Diante da ineficácia dos novos agentes administrativos que integraram o Estado pós-colonial e a ausência de sua atuação em certos locais do país, os Sobas marcam sua presença. Deste modo, o Estado pós-colonial incorporou as autoridades tradicionais, consideradas importantes intermediárias, chegando a exercer a função de porta-vozes para as populações. Sendo assim,

[...] as Autoridades Tradicionais em África estão similarmente a tornar-se cada vez mais fulcrais no incremento de campos políticos locais nos quais se criam esquemas complexos de dominação política, através dos quais não só estes representantes da estrutura política tradicional se tornam influentes, como também outros agentes políticos intermediários ganham proeminência, como por exemplo as ONGs, empresas e igrejas de várias confissões religiosas (LOURENÇO, 2007, p. 63).

As Autoridades Tradicionais exercem seu poder político no âmbito regional, local e nacional. O pensamento é enfatizado por Florêncio (2010) ao considerar que:

As autoridades tradicionais africanas, que desempenharam um papel fundamental nos sistemas administrativos coloniais, através da sua incorporação pelos estados coloniais *indirect rule*, numa política de mais ou menos matizada consoante os estados e os períodos históricos, reemergiram assim progressivamente, sobretudo a partir da década de noventa, ocupando os espaços sociais "abandonados" pelos aparelhos administrativos e políticos dos estados independentes, com especial incidência nos universos rurais. E foram sendo progressivamente incorporadas nos processos de reconstrução dos estados, sobretudo ao nível local, participando directamente e formalmente nos modelos de descentralização político-administrativa que foram desenhados na generalidade dos estados africanos, [...]. Desempenhando tarefas administrativas que lhes eram familiares desde o período colonial, mas integrando novas funções, e novos modos de actuação na suas práticas e estratégias, quer administrativas quer sociais, conjugando um novo modelo relacional, quer com os aparelhos estatais, quer com os aparelhos político-partidários, quer mesmo com outros actores emergentes e com a população em geral, que se poderia designar *de neo-indirect rule* (FLORENCIO, 2010, p. 80).

Deste modo, Orre (2012) assegura que, tal como no governo colonial, onde a ingerência de chefes coloniais nas estruturas políticas do poder dos Sobas constitui o normal, desde a alteração do funcionamento das estruturas hierárquicas das autoridades locais, principalmente o avassalamento forçado (via militar ou aliciamento), assim também se verifica com os governos dos chefes administrativos dos Estados africanos modernos.

Para tanto, os novos líderes passam também, sempre que possível, a negociar, e muitas vezes passam a nomear e exonerá-los. Observa Florêncio (2010, p. 122) que “[..] o Estado tem vindo progressivamente a "capturar" as autoridades tradicionais, atribuindo-lhes algumas pequenas regalias, como uniformes e salários, e algumas tarefas administrativas [...]”.

Na mesma linha, Lourenço (2007) comenta que:

[...] as Autoridades Tradicionais permanecem, umas mais do que as outras, no seu raio de acção política de modos completamente diferentes— entre o Estado pós-colonial e a sua própria ordem cosmológica – e apresentam sucessos variados, como forma de se adaptar às exigências e às necessidades políticas daqueles dois mundos, e de se transformar constantemente. É esta capacidade de sobrevivência e de adaptação das Autoridades Tradicionais aos diferentes contextos e conjunturas sociopolíticas que os diferentes Estados dos países africanos atravessaram [...] (LOURENÇO, 2007, p. 56).

A relação dos Sobas com os partidos angolanos, a princípio, foi de desconfiança visto que, os partidos particularmente o partido-estado Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), considerou essas autoridades elementos de atraso, contudo, as dinâmicas vivenciadas levaram a incorporá-los nos partidos políticos, mas também se percebe que a colaboração das autoridades locais ora ocorre por coação, ora por negociação.

Ao debruçar-se sobre os partidos políticos que protagonizaram a luta das independências em África, Braga (2005) destaca as características e os objetivos destes Movimentos:

a) condenação da exploração e opressão efectuada pelos ex-colonizadores; b) predomínio dos símbolos unitários e de nação; c) tentativa de conversão psicológica (primeiro das elites tradicionais e, posteriormente das massas); d) inspiração em filosofias sociais e doutrinas políticas estrangeiras (socialismo, marxismo, capitalismo), e) substantivação convoluta da dialéctica entre tradição e revolução/modernização, de uma forma artificial e falaciosa. (BRAGA, 2005, p.60).

Para Orre (2012), nos Estados modernos as autoridades tradicionais ou Sobas passam a desempenhar localmente funções de líderes políticos, servindo de elos de comunicação entre agentes da administração central ou da cidade-capital, e as populações residentes nas zonas rurais. Florêncio (2010) reforça que “Em certa medida, parece passível adiantar-se que o Estado angolano procure utilizar as autoridades tradicionais como estruturas administrativas locais, sob o seu controlo, servindo de intermediários com as populações” (FLORÊNCIO, 2010, p. 122).

Neste sentido, incumbe aos chefes tradicionais o conhecimento das regras vigorantes nas zonas urbanas, é em função desses papéis que, quando bem cumpridas, eles passam a receber o aval da população, e muitas vezes, a negociar com os partidos passando a ter assentos nestas organizações políticas com poder ou não.

A literatura consultada nos mostra também que a relação entre as autoridades tradicionais e os Estados independentes africanos particularmente em Angola e Moçambique é caracterizada pela “manipulação”. Orre (2012) assegura que:

[...] a instrumentalização partidária caracteriza a controvérsia à volta das autoridades tradicionais, e que isto irá complicar a busca de soluções adequadas para a questão do papel das autoridades tradicionais num futuro mais democrático em Angola [e] em Moçambique (ORRE, 2012, p.141).

O Estado pós-colonial faz ressuscitar as práticas dos colonos para integrar as autoridades tradicionais na governação local, neste sentido, a reprodução das práticas coloniais passa “[...] no período pós-colonial os Estados africanos independentes rapidamente adoptaram uma construção política que reproduzia, em traços gerais, as lógicas e dinâmicas dos seus precedentes «soberanos» coloniais” (BAYART, *apud* LOURENÇO, 2007, p. 53).

Estes métodos praticados hoje não são novos para as autoridades tradicionais, pois que nos regimes coloniais eles chegaram de os vivenciar com o modelo de administração indireta onde tinham certas funções nos aparelhos estatais da colônia. Por outro lado, Orre afirma que:

Quando o império colonial pretendia subjugar novos povos, os chefes locais tinham que se subordinar e aceitar desempenhar um papel administrativo na hierarquia estatal do império conquistador. Mesmo que o colonialismo europeu tenha intervindo em muitos casos com uma brutalidade e rigorosidade jamais vistas, o princípio do *indirect rule* não era novo para os chefes locais – hoje em dia normalmente reconhecidos com o termo genérico *autoridade tradicional*. (ORRE, 2012, p. 143-144).

Portanto, no aparelho estatal independente procura-se resgatar os serviços dessas autoridades, mas com certa limitação porque os chefes dos Estados africanos independentes olham para os Sobas com desconfiança originada da participação desses chefes nos diferentes empreendimentos coloniais.

Descrevendo os partidos africanos dos anos 1970 a 1980, Braga (2005) caracteriza que:

As décadas de 70 e 80 podem ser sumariamente descritas como a continuação da tendência já delineada, sendo todavia significativo um conjunto de «inovações» que gradualmente foram sendo introduzidas e consolidadas: a) a máquina burocrática dos partidos estendeu-se de tal forma, que os movimentos de índole regional apenas serviram para fortalecimento do partido no poder; b) o arquétipo de partido de massas africano torna-se uma ilusão quase mitológica; c) os partidos no poder fundem-se com a máquina estatal dando corpo aos conceitos de partido único, de neo-patrimonialismo de estado e de vampirismo político; d) a classe dirigente passa a ser composta pela pequena burguesia, que vê assim, uma hipótese de maximizar os seus ganhos com a economia de renda vigente; e) o clientelismo surge como garante do poder e os golpes de estado sucedem-se como forma de contestação à autoridade do poder estatal e consequente substituição deste por um novo poder cuja autoridade reside nas armas; f) o xadrez político passa a contar com uma nova peça, as transnacionais e; g) aos movimentos de guerrilha, de índole ideológica, juntam-se outros que resultam da destruição das estruturas tradicionais, pela modernidade, sem que se consiga repor uma ordem social mínima para a «regeneração» dos próprios tecidos sociais. (BRAGA, 2005, p.66-67).

Essas “inovações” mencionadas acima, acompanhadas de “movimentos de guerrilha” no caso de Angola a FNLA, e em particular a UNITA recruta os Sobas das zonas por ele ocupadas e dá sequência na luta contra o governo do MPLA, tal como afirma,

Sobas nas diferentes áreas ocupadas pela UNITA e MPLA, é adiantado que houve zonas que foram sendo sucessivamente ocupadas pelos dois beligerantes, provocando constantes flutuações populacionais e sucessivas recomposições sociais, e zonas mais estáveis onde o controlo político esteve mais tempo soba alçada de um ou do outro movimento (FLORÊNCIO, 2010, p. 118).

Todavia, Orre (2012, p.145) chama atenção para se perceber que “[a]s autoridades tradicionais não são meros fantoches e dificilmente se vêm reduzidas a este estatuto, pois são demasiado ambíguas”.

Com relação os partidos instrumentos que estruturam a “maquinaria burocrático-administrativa” estatal, e a forma como instrumentalizam as autoridades tradicionais, Orre (2012) assevera que:

um partido político consegue fazer com que as autoridades tradicionais prestem serviços (de carácter vário) em prol deste partido e a recompensa que estas auferem se revela inferior ao valor deste serviço – então estamos perante uma situação que se pode rotular *de instrumentalização partidária* (ORRE,2012, p. 149).

Portanto, estas relações muitas vezes são entendidas pelas autoridades tradicionais como “aliança”, principalmente quando há certa recompensa pelos serviços prestados.

No que diz respeito à “instrumentalização” das autoridades tradicionais pelos agentes partidários, Orre (2012) considera que os governos administrativos pós-coloniais herdaram o modelo estatal colonial, e os regimes de partido-único optados levam a instrumentalizar ativamente demais entes nos estado-nações africanos, tanto que, segundo o autor, “o conceito de instrumentalização partidária aponta mais directamente à lógica em jogo. [...], é importante reconhecer que a instrumentalização partidária é um processo activo, uma escolha política feita por actores partidários no palco político nacional” (ORRE, 2012, p. 150-151).

A vigência do monopartidarismo após a Independência em Angola e Moçambique, leva os partidos-Estado a negar a existência de vários segmentos na esfera política dessas sociedades, amiúde, o partido-estado combate-os, porém com o surgimento da discussão da necessidade de “descentralização e desconcentração”, as autoridades tradicionais são reintroduzidas para compor “as instituições do Estado local” (Orre, 2012, p. 153).

Nesta linha, as autoridades reintroduzidas passam a exercer função de intermediárias, quer dizer, fazem chegar as exigências estatais às populações locais, visto que os demais órgãos da burocracia estatal se apresentavam fragilizadas e ineficazes perante a população. Florêncio reforça que:

Na sequência da crise generalizada dos estados africanos independentes; da consciência, no final da década de oitenta, da deficiente governabilidade dos aparelhos administrativos estatais e suas elites políticas nacionais; e do falhanço dos sucessivos modelos de desenvolvimento e das estratégias de reajustamento estrutural; e correlacionada com a emergência de novas dinâmicas políticas, endógenas e exógenas, centradas nos processos de transição e consolidação do multipartidarismo; na crença das virtualidades das sociedades civis africanas; dos processos de descentralização político-administrativa e de uma hipotética democracia participativa regeneradora das assimetrias internas; as autoridades tradicionais ressurgem e reassumem papéis e estatutos sociais "adormecidos" desde o final do colonialismo (FLORÊNCIO, 2010, p. 80).

Apesar desta relativa participação e certa influência ainda visível destas autoridades na burocracia estatal pós-colonial, Orre (2012) informa que as entidades tradicionais têm visto seus poderes enfraquecidos, consequência de o estado pós-Independência conseguir estabelecer relativamente o controlo territorial, assim:

É evidente que após a independência as autoridades tradicionais têm vindo a perder força política para uma actuação autónoma – já dificilmente podem fazer uma governação local sem depender do Estado e o seu reconhecimento. Com o fim da guerra civil, o Estado central ganhou de novo – através dos seus órgãos de ordem e segurança pública, além da administração local – uma capacidade de controlo das populações rurais sem precedentes desde o fim da época colonial. (ORRE, 2012, p. 155).

Descrevendo de modo específico o caso de Angola independente e o partido-estado MPLA, Orre (2012) destaca certa tolerância por parte de partido-estado com relação às autoridades tradicionais, assim ele afirma que:

Embora o regime pós-colonial de Angola tenha assumido características ideológicas semelhantes ao de Moçambique, adoptou uma atitude e prática bastante mais tolerantes perante as autoridades tradicionais. Enquanto o partido-estado de Moçambique combatia, em 1980, os régulos numa campanha de vida e morte, em Angola, na lei relativa aos órgãos locais do Estado dizia-se sobre os sobas: [p]ara a função do Comissário de Povoação pode ser nomeado o soba da área caso este apoie as orientações do MPLA-Partido do Trabalho e do Governo, e mantenha um comportamento leal em prol da população (Governo de Angola, 1980, *apud* ORRE, 2012, p. 156-157).

Esta medida de nomear o Soba filiado ao partido para dirigir certa povoação também se segue à política de institucionalizar a utilização de fardamentos pelos Sobas e regedores desde que fossem fiéis ao partido-estado.

Nesta linha de discutir na prática a relação desses dois entes principalmente na inserção dos Sobas no Estado moderno impulsionada pelos processos de força de democratização que estão sendo implementados nesses Estados, Orre (2012, p. 143) apresenta que a “instrumentação das autoridades tradicionais ocorre com base em duas tipologias, de mencionar a administrativa e a partidária”.

Relativamente à “instrumentalização partidária” Orre (2012) elenca dois elementos que tem sido frequentemente utilizado pelos partidos-governos em Angola e em Moçambique, desta feita o processo sucede da seguinte maneira:

Primeiro, há a instrumentalização partidária directa e aberta que ocorre a nível local quando as autoridades tradicionais (as que sejam reconhecidas pelo Estado) assumem o papel de agentes políticos do partido no poder – actuando de maneira a favorecer o partido e/ou inibindo e impedindo as actividades políticas de partidos da oposição (a situação típica de Angola). (ORRE, 2012, p. 161).

Uma outra forma mencionada para se instrumentalizar, se manifesta sutilmente com base a criação de instituições locais que visem desconcentrar e descentralizar os serviços

estatais e certamente inserem os Sobas simpatizantes do partido-governo. Assim, o autor esclarece que:

se refere às situações criadas pela configuração das instituições do Estado local, que muitas vezes são elaboradas usando a linguagem da descentralização e desconcentração, e a tendência a enquadrar as autoridades tradicionais em instituições que privilegiam o monopólio de poder do partido-estado (a situação típica de Moçambique, embora também aconteça em Angola). (ORRE, 2012, p. 161).

Porém, diferentemente de Moçambique, o processo de “instrumentalização” dos Sobas em Angola é manifesto direta e abertamente pelo partido-estado MPLA, é justificada pelos fatores históricos, de salientar que desde a independência os recursos estatais estão sob égide do partido daí que é-lhe possível permitir assegurar o controlo dessas autoridades muitas vezes por colaboração voluntária, e por outra, via o uso de força.

Portanto, as funções das autoridades tradicionais ganham diferentes características, ou seja, se no governo colonial, as funções dos Sobas se consubstanciavam em prestar relatórios aos agentes coloniais, nos estados pós-independentes, no caso de Angola, essas autoridades prestam relatórios em três entes “população, a administração estatal e o partido governante” esse último, o partido MPLA, quando necessário usa os instrumentos burocráticos para obter a obediência destes Sobas (ORRE, 2012, p. 173). Mas Florêncio (2010) alerta que:

Contudo, e como já foi demonstrado por vários autores, esta relação nem sempre pende a favor do Estado, e a capacidade das autoridades tradicionais manipularem a relação em seu favor é bastante significativa, variando logicamente de contexto para contexto, e dependendo também do carisma e da fonte de legitimidade das próprias autoridades tradicionais, tomadas no sentido singular (FLORÊNCIO, 2010, p. 124).

No item seguinte objetiva-se discutir as eleições de 1992, e assim perceber o papel da participação dos Sobas nesse pleito.

6.3 A PARTICIPAÇÃO DOS SOBAS NAS ELEIÇÕES DE 1992 E DE 2008

O período pós-independência representou ausência de legalidade em termos institucionais do poder das autoridades tradicionais no território angolano, porque se viu substituído pelas comissões do partido-estado. Assim, Pacheco (2002) afirma que:

Durante um certo período, o seu papel [dos Sobas] foi ofuscado pela presença do Comité de Acção do MPLA, que assumiu o monopólio do poder político e administrativo a nível local. Contudo, o reconhecimento tácito das autoridades acabou por se impor, na medida em que, por ausência de outros poderes públicos, eles foram chamados a desempenhar determinadas funções por delegação da Administração do

Estado. A expressão máxima deste tipo de funcionalidade ocorreu quando, em 1992, tais instituições foram chamadas a decidir sobre quem deveria votar em vastas áreas do país onde não existiam outras formas de poder público ou instituições suficientemente idóneas para desempenhar tal papel (PACHECO, 2002, p. 5).

Sobre o processo eleitoral em Angola importa considerar que a queda do Muro de Berlim (1989) e o impasse militar entre África do Sul e MPLA em Angola conduziram às primeiras reuniões que levariam no caso de Angola a acordos de Bicesse entre o MPLA e a UNITA, tendo resultado na marcação da data para realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas para o mês de setembro de 1992.

No que concerne a relação entre as autoridades tradicionais e os partidos políticos nas eleições tende sempre a somar pontos para o partido no poder, detentor e gerente dos recursos estatais, neste caso o partido governante, já nas eleições os partidos na oposição acabam estando em desvantagem. Este posicionamento é ratificado por Orre quando destaca que “[...], neste jogo, o partido no poder tem acesso aos recursos económicos e administrativos do Estado. Isto lhe garante uma vantagem enorme sobre os partidos da oposição” (ORRE, 2012, p. 170).

É plausível considerar que, apesar de os partidos da oposição recorrerem às estratégias políticas para convencer as autoridades tradicionais a participar nas suas campanhas, pouca é aderência dessas. Nesta visão, Orre ainda acrescenta que:

A oposição, ao contrário, tem a oferecer pouco mais que promessas em troca de apoio político das autoridades tradicionais, e é forçada a soldar alianças baseada num programa político. A oposição fá-lo normalmente com a invocação de sentimentos étnicos ou promessas para honrar as reivindicações das autoridades tradicionais (ou das suas populações) se um dia chegar ao poder. A possibilidade de a oposição em Angola ou Moçambique instrumentalizar as autoridades tradicionais é praticamente nula. O partido no poder, por sua vez, tem todos os meios do Estado disponíveis para o fazer. (ORRE, 2012, p. 171).

Com relação a inserção das Autoridades Tradicionais, Marques Guedes (2007) adianta que:

[...] o Estado angolano já sentia a necessidade de incorporar as autoridades tradicionais no processo de controlo territorial e populacional, desde o final da década de 1980, e a partir de 1992 atribuiu fardamentos, em tudo semelhantes ao que o estado colonial tinha atribuído às autoridades tradicionais, um subsídio mensal, e em certos casos até jeeps (*apud* FLORÊNCIO, 2010, p.121).

Em função desta nova transição que os países africanos estavam vivendo possibilita, segundo Lourenço (2021):

As Autoridades Tradicionais criam novos espaços no actual quadro político, tornando-se legítimos intermediários entre o Estado e as populações rurais, não se baseando exclusivamente nos lugares políticos que ocupavam outrora e mantendo viva a sua «memória social» ancestral. As Autoridades Tradicionais parecem, pois, possuir uma notável vontade e capacidade de se adaptarem às mudanças sociais e políticas actuais e reclamam para si um papel de intermediação, crucial para o futuro, em vez de tentarem efectuar exclusivamente transformações, interferências e/ou reclamações socioeconómicas e políticas de somenos importância a nível regional, nacional e local (LOURENÇO,2007, p. 58).

Pode-se perceber que as autoridades tradicionais passam a exercer localmente papel de intermediários ligando desta forma as populações e o Estado.

Ao descrever as razões da introdução dos Sobas às fileiras da UNITA nos territórios por ele ocupados, Florêncio (2010) afirma que:

Face à necessidade de gerir e controlar as populações civis e os recursos da região, este movimento acabaria por utilizar um modelo de enquadramento e de governação indirecta do território e das populações que, como se tem vindo a defender foi implementado pelo Estado colonial, através do modelo de *indirect rule*. Nesse caso, as autoridades tradicionais, ou na sua ausência indivíduos que eram apontados como tal pelo movimento, eram chamados a exercerem funções de controlo e de regulação da vida das populações, de modo muito similar de resto ao que sucedia no período colonial e, em grande medida, mesmo na actualidade (FLORÊNCIO, 2010, p. 152).

Tratando-se da época de guerra civil, essas autoridades podiam frequentemente ser mudadas principalmente quando o governo retomava estes territórios. A verificação é de que:

[...] em 1999, na comuna do Mungo, que à época estava ocupada pela UNITA. O *soma*, simpatizante do MPLA, fugiu para Luanda, e a UNITA elegeu três mulheres para ocuparem o lugar vazio do *soma*. Com o fim da ocupação pela UNITA, e quando o Estado-MPLA assumiu o controlo do município, o anterior *soma* regressou e com a ajuda do governador reassumiu a chefia da ombala e as mulheres foram destituídas (FLORÊNCIO, 2010, p. 122).

Portanto pode-se se afirmar que nas eleições os dois partidos recorrem às essas entidades para buscar votos nas aldeias.

6.4 ELEIÇÕES DE 1992

Baseando-se nos vídeos disponíveis no *youtube* e nos postados no blog do jornalista Ricardo Noblat, essa fonte importante porque participou das campanhas do MPLA, Bittencourt (2016) analisa os comícios e os discursos dos líderes dos dois maiores partidos concorrentes no pleito veiculados nos programas televisivos e nas rádios.

Alguns periódicos internacionais que acompanharam tanto o processo de paz como o pleito eleitoral previam com base “nos poucos dados estatísticos do país” a existência de 35% da população ovimbundo no centro-sul do país o que abriria “vantagem eleitoral” a UNITA, enquanto que os 16 anos da governação do MPLA marcados pela denúncia da corrupção e os resultados obtidos por alguns movimentos independentistas no continente contribuiriam para derrota do MPLA (BITTENCOURT, 2016, p. 174).

Com relação aos candidatos, Bittencourt (2016) destaca que o MPLA apresentou o Engenheiro José Eduardo dos Santos, ao passo que Dr. Jonas Malheiro Savimbi como candidato da UNITA. A campanha também tinha sido marcada de acusações entre os partidos concorrentes com maior destaque ao MPLA e UNITA, as acusações giravam em torno do acesso a imprensa e as sucessivas violações das cláusulas do acordo.

No que tange aos comícios e os programas eleitorais, o MPLA soube aproveitar não só por estar nas cidades, mas também pelos diretores que conduziram a campanha. Especialistas brasileiros souberam trabalhar contra os erros do candidato da UNITA, e finalmente se aproximam das autoridades tradicionais, que antes eram vistos como “obstáculos das ações do governo-estado”, ao serem incluídas nas campanhas, passaram a estabelecer contatos com às populações, e em consequência recebem “presentes como rádios de pilhas e bicicletas” (BITTENCOURT, 2016, p.179). Florêncio (2010, p. 156) enfatiza que:

No que respeita à relação com as autoridades tradicionais, o partido (MPLA), apesar de defender a independência e autonomia desta instituição, nas práticas concebe a relação como de controlo e subordinação, uma vez que, no seu entender, as estruturas partidárias locais, nomeadamente os secretários e os comités de sector, devem controlar as autoridades tradicionais (FLORÊNCIO, 2010, p. 156).

Já a UNITA, para o seu “*marketing político*” concentrou-se nos temas relacionados à “africanidade e da legitimidade” (BITTENCOURT, 2016, p. 179). Porém, podemos retirar a partir da fala do entrevistado de Florêncio que houve participação dos Sobas nas campanhas da UNITA com destaque aos espaços controlados antes das eleições,

Sim, a UNITA controlava isto. [...] tinha que viver. Qualquer que viesse, qualquer governo que viesse o soba tem que obedecer. Tem que ser neutro, não pertence a partido nenhum. Para a UNITA fazia também certas campanhas. Aquilo que eles quisessem mandar a gente fazia. Mas não recebia nada (in EBai2007-06 *apud* FLORÊNCIO, 2010, p.155).

Com base os resultados do trabalho realizado na província de Benguela, Orre (2012) demonstra, por meio dos depoimentos dos/as entrevistados/as, as principais ameaças que essas autoridades sofreram:

Partidarização dos sobas – pressão para ser membro do partido MPLA. Sobas que não cooperam com o enaltecimento do partido e do Estado ou na sua propaganda podem sofrer várias consequências: ameaças, espancamento, retirada de subsídios e privilégios ou substituição. Um campo de batalha propagandista muito em discussão é a bandeira ostentada ao lado da residência do soba. Muitas vezes é a bandeira do MPLA (em lugar da bandeira nacional). A ostentação de bandeiras de outros partidos não é tolerada. Colaboração directa de alguns sobas na intimidação e perseguição de indivíduos da oposição política, ou a inviabilização de suas actividades. [...]. Sobas associados com a UNITA (durante a guerra) são ignorados ou ameaçados. Sobas do MPLA fornecem informação (*intelligence*) ao partido ou à administração local sobre as actividades da oposição partidária, ou de pessoas a ela associadas. Sobas muitas vezes prestam contas ao secretário local do partido MPLA, e não apenas à administração local. Caso o administrador de um município seja da UNITA (como consequência dos acordos para o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional), o administrador adjunto seria do MPLA. Nestes casos pode haver pressão sobre o soba/regedor para articular as suas actividades principalmente com o adjunto. (ORRE, 2012, p. 162).

De fato, compreende-se como tem sido a relação dos partidos com as autoridades tradicionais. Percebe-se ainda que a relação destes Sobas com o partido UNITA teria sido mais autoritária, embora a guerra e o recebimento de bens materiais tenham contribuído para enfraquecimento das relações entre essas autoridades. Ora, mencionando ainda outros aspetos que concorrem para o azedamento das “alianças”, Orre (2012) assegura que:

A investigação também indicou a possibilidade de a antiga aliança entre a UNITA e algumas autoridades tradicionais ter enfraquecido, com a alegação que as motorizadas (motas), o gado bovino, o subsídio monetário e outros privilégios que o governo distribui aos sobas têm tido o seu efeito, a ponto de mudar simpatias políticas. (ORRE, 2012, p. 163).

Em função disso, os resultados das eleições de 29 a 30 de setembro de 1992 “consagrariam a José Eduardo dos Santos 49,57% dos votos, a Jonas Savimbi 40,07% e a Alberto Neto, do Partido Democrático Angolano (PDA), o terceiro colocado, 2,16% dos votos nacionais” (BITTENCOURT, 2016, p. 185). Nesse sentido os resultados indicaram para o segundo turno entre os candidatos à presidência, mas o segundo turno não ocorreu porque a UNITA contestou os mesmos resultados regressando assim à guerra.

Relativamente aos resultados obtidos pelos partidos no parlamento, Bittencourt (2016) adianta que o MPLA chegou a eleger no ciclo provincial 59, e no ciclo nacional 70 deputados. Já a UNITA 26 e 44 deputados, PRS (Partido Renovador Social) no ciclo provincial 3 e nacional 3, e FNLA 2 e 3, enquanto outros partidos elegeram:

deputados apenas no ciclo nacional, sendo que o Partido Liberal Democrático faria 3 deputados, enquanto o Partido Renovador Democrático (PRD), o Partido da Aliança Juventude Operários e Camponeses de Angola (PAJOCA), o Partido Democrático para o Progresso / Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA), o Partido Nacional

Democrático de Angola (PNDA), o Fórum Democrático Angolano (FDA), o Partido Social Democrata (PSD) e a Coligação Angola Democrática (AD) elegeram 1 deputado cada. O Partido Angolano Independente (PAI), o Partido Democrático Liberal Angolano (PDLA), o Partido Social Democrático Angolano (PSDA), o Partido Reformador Angolano (PRA), a Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA) e o Partido Democrático Angolano (PDA) não elegeram deputados (BITTENCOURT, 2016, p. 186).

Os resultados conseguidos pelos candidatos levariam o primeiro e segundo ao segundo turno, porém não foi possível porque se regressou à guerra. Importa realçar que apesar de se assistir às certas irregularidades no processo, os resultados foram sendo divulgados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE) inicialmente no dia 03 de outubro de 1992 indicando a vitória do candidato do MPLA, entretanto, no mesmo mês alguns generais da UNITA abandonam as Forças Armadas, e Jonas Savimbi no dia de 06 outubro abandonou capital Luanda para a cidade do Huambo.

Após várias tentativas de convencer a UNITA a aceitar os resultados, Margaret Anstee (Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola) declarou que as eleições foram “livres e justas” (CORREIA, 1996, *apud* BITTENCOURT, 2016, p. 190). Sem uma declaração oficial, a guerra foi marcando as cidades e outras zonas de Angola terminando somente em 22 de fevereiro de 2002 com a morte em combate do líder da UNITA Dr. Jonas Savimbi.

6.5 ELEIÇÕES DE 2008

Schubert (2013, p. 087) analisa as eleições de 2008. Parte inicialmente a apresentar os ganhos da paz alcançada em 2002 após o fim da guerra civil e as estratégias eleitorais utilizadas pelo governo no processo de registo eleitoral em 2007. O autor também demonstra que as estratégias eleitorais visaram estender maior controlo do governo sobre a sociedade civil e, ao mesmo tempo, fizeram renascer “o legado do tempo do partido único seguida do medo e da corrupção”, levando o partido governo a usar os órgãos de segurança e de defesa para intimidar as populações e prender os opositores.

O alcance da paz leva a pensar numa Angola mais plural, de mais liberdade para os cidadãos, porém assiste-se que o “Governo de José Eduardo dos Santos reforçou o controlo de todos os aspetos relativos à vida social, económica e política do país” (SCHUBERT, 2013, p. 79).

Também após a guerra civil, as autoridades tradicionais são incorporadas, conforme Florêncio (2010):

A relação entre o Estado e as autoridades tradicionais consolidou-se sobretudo após o término da guerra civil. Confrontado com a principal questão de uniformizar a administração da globalidade do território e da população angolana, o Estado angolano acabaria por aceder a uma via já em voga nos restantes estados africanos, ou seja, o de incluírem as autoridades locais, nomeadamente as autoridades tradicionais no processo de formação do Estado pós-guerra civil, sobretudo ao nível rural (FLORENCIO, 2010, p. 121).

Após fim da guerra e domínio completo do território angolano pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), e, por conseguinte, a instalação da administração governamental, a UNITA depara-se com a ausência de recursos económicos e o acesso a meio de força para poder instrumentalizar ou coagir essas entidades. O mesmo ocorre em Moçambique com o partido opositor ao governo, senão vejamos:

Após a luta armada a RENAMO perdeu a força principal de que dispunha – a RENAMO força militar. Apesar de conseguir milhões de votos em eleições consecutivas, o partido dispõe hoje de poucos meios para incentivar a sua base rural além da promessa de que um governo futuro da RENAMO defenderia os seus interesses. Como também alega Forquilha, a capacidade da RENAMO para *comprar clientes* vem diminuindo. (FORQUINHA, *apud* ORRE, 2012, p. 163).

Concernente a participação dos Sobas ou régulos nas campanhas eleitorais em Angola e Moçambique, os partidos tanto os que gerem o Estado como os opositores se apropriam ou atraem o “apoio público dos régulos”, apesar de recair certa margem de vantagens aos partidos governos nos dois países (ORRE, 2012, p. 165).

Diferente dos partidos opositores, incipientes em termos de recursos económicos, os partidos no poder aliciam as autoridades tradicionais, isto é, pagando-lhes subsídios, e inserindo-as na administração estatal, dessa forma, os partidos no poder asseguram não só a lealdade e a presença dos Sobas nas campanhas, mas garantem os votos das populações cujo líder é o Soba/Régulo, Orre (2012).

O uso da força pelo MPLA contra essas autoridades é evidenciado na afirmação de Orre (2012) quando compara a realidade moçambicana ao destacar o agir da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e do MPLA, “Quanto à força directa, não há evidências de muitos casos em que o partido tenha conseguido aplicar pressão às autoridades tradicionais – como MPLA o faz em Angola – para serem membros do partido MPLA” (ORRE, 2012, p. 166). Porém, a FRELIMO exclui as autoridades ligadas a RENAMO.

Vê-se que a disparidade entre os partidos governos e os que desempenham meramente o papel de contragoverno é bastante grande. Essa vantagem em ter ao lado as autoridades tradicionais nas eleições ou como parceiros a ponto de serem instrumentalizados,

pagos com dinheiro, enquadrados no aparelho administrativo e serem disciplinados recaí efetivamente a partido-estado.

Com base nas observações e nas entrevistas dos membros da sociedade civil e organizações não governamentais (ONG) angolanas, Schubert (2013, p. 80) demonstra que as estratégias do governo em controlar os segmentos da vida do país quer nos aspetos socioeconómicos e político, quer em limitar “a contestação de opositores militares e políticos e apoiado pelas linhas de crédito da China garantidas com petróleo” abriram o caminho para a vitória eleitoral.

Contudo, há no processo de eleitoral de 2008 a participação de vários atores da sociedade civil angolana desde o processo de registo, de citar as “[...] igrejas, organizações de doadores internacionais e grupos de advocacia, cada qual a desempenhar um papel no processo e a tentar influenciar o seu resultado” (SCHUBERT, 2013, p. 81).

O processo de incorporação das autoridades na agenda do Estado angolano teve início, segundo Florêncio (2010, p.126) “só a partir de 2000 que a questão da integração das autoridades tradicionais, e sobretudo a questão do poder local e da descentralização, começam a ganhar especial relevo, quer nas agendas políticas estatais quer da sociedade civil”.

Ainda a “partidarização da vida pública e de todos os setores sociais” na sociedade angolana teve sua implicação nas eleições, conforme Schubert (2013, p. 82), também se constata à inexistência de separação do partido governo e as instituições estatais sentindo-se mais na arena jurídica e na administração pública, e claro, também, o controlo rígido das atividades algumas ONGs pelo partido governo.

Para Schubert (2013, p. 82) no quadro jurídico, a sociedade civil viu limitada a sua participação para a preparação das eleições, ainda que em termos legais as eleições se respaldassem nos acordos de Bicesse de 1991, para se regulamentar o pleito eleitoral de 2008, novas leis foram aprovadas, elas “diziam respeito à nacionalidade, partidos políticos, registo eleitoral e código de conduta eleitoral”.

Este “código de conduta eleitoral” também identificou os atores envolvidas no processo e definiu as funções dos mesmos, assim ficou estabelecido que os órgãos a participar seriam “partidos políticos, candidatos, delegados, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), cidadãos, sociedade civil, os media, autoridades tradicionais e órgãos da ordem pública (polícia e forças armadas)” (SCHUBERT, 2013, p. 82-83).

Relativamente a supervisão e a questão da área técnica, o processo esteve sob responsabilidade de órgãos administrativos diferentes: a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), que foi “responsável pela observação independente do processo, bem como pela garantia da

compilação de acordo com a legislação e regras do respetivo processo” e a área técnica foi incumbida à Comissão Interministerial para a Preparação das Eleições (CIPE) (SCHUBERT, 2013). Schubert (2013) alerta que:

Todavia, a primeira, como uma comissão de monitorização supostamente independente, tem uma composição diferente: dois membros são nomeados pelo Presidente da República, seis membros são nomeados pelo Parlamento (três pelo partido maioritário, dois pelo maior partido da oposição e um pelo segundo maior partido da oposição), um é nomeado pelo Tribunal Supremo (o qual, por sua vez, foi nomeado pelo Governo), um é designado pelo Ministério da Comunicação Social e outro pelo Ministério da Administração do Território, ambos estão sob o controlo do MPLA (SCHUBERT, 2013, p. 83).

O processo de registo eleitoral inicia no dia 15 de novembro de 2006, apesar de iniciar nesse período, ainda assim o processo não foi satisfatório até pelos menos maio de 2007. A morosidade justifica-se pelas chuvas, e também pelo desconhecimento das periferias e das zonas urbanas razão pela qual:

o Governo recorreu a outros mecanismos para chegar às populações. As igrejas – uma forte força social em Angola – foram ativamente integradas no processo de registo e os pastores foram incentivados a encorajar os seus membros a registarem-se. Foram também estabelecidas brigadas de registo em igrejas depois dos cultos dominicais. Após o período de registo finalmente terminar, a 15 de setembro de 2007, o Governo orgulhou-se do sucesso do processo e anunciou que mais de oito milhões de eleitores tinham sido registados. (SCHUBERT, 2013, p. 84).

Pela ausência de documentos que comprovassem a identidade dos eleitores, as autoridades tradicionais são chamadas neste processo para testemunhar e confirmar a identidade dos possíveis votantes. Schubert confirma afirmando que “Uma autoridade tradicional ou religiosa, ou dois membros qualificados da comunidade em posse de um cartão de eleitor poderiam confirmar a identidade da pessoa que desejava votar” (SCHUBERT, 2013, p. 85).

É também digno de realce as campanhas de educação cívica levadas a cabo pela sociedade civil, como pelo Desenvolvimento Ambiental e Rural (ADRA). Tais campanhas, ao mesmo tempo em que pretendem educar os cidadãos, publicitam o processo eleitoral. Contudo, apesar destas atividades não serem partidárias, elas foram controladas, aproveitadas, e muitas vezes, suspensas pelos membros do partido governo. Conforme Schubert (2013):

Oficiais do Estado estiveram presentes nas declarações de abertura e de encerramento; membros do parlamento e da administração local falaram de igualdade de todos os angolanos e no final foi entregue formalmente um título de terra para a delegação dos San. Sem surpresas, vários membros da delegação apareceram nas fotos da imprensa vestidos com t-shirts brancas com o rosto do Presidente e a bandeira do MPLA. Observações de eventos similares bem como as declarações dos entrevistados

sugerem que tal permeação da esfera pública aconteceu a todos os níveis e foi executada sistematicamente (SCHUBERT, 2013, p. 85).

A sociedade civil desempenha papel importante na mobilização das populações, porque as consequências traumáticas da guerra, principalmente as que ocorreram após o processo de 1992 ainda estavam acesas na mente dos angolanos, neste sentido, a sociedade civil passa não só os princípios de funcionamento “de uma democracia multipartidária”, mas também a mensagem “de que as eleições não levam necessariamente a um conflito e que o debate político não precisa degenerar em violência” (SCHUBERT, 2013, p. 86).

As estratégias do partido não só se limitaram em intimidar os militantes de partidos da oposição e da sociedade civil, o partido também inclui os Sobas nas suas campanhas. Schubert (2013) afirma que:

De igual modo, as autoridades tradicionais são politicamente seduzidas com ofertas e demonstrações de respeito durante as visitas oficiais. Os sobas que são selecionados nas aldeias são certamente chefes legítimos, escolhidos segundo as suas famílias e o seu prestígio dentro da comunidade; no entanto, o seu posto requer aprovação por parte do Governo. Esta partidarização das estruturas e administrações do Estado é claramente visível ao nível das aldeias. As bandeiras do MPLA encontram-se por todo o país, mesmo nas aldeias mais pequenas, enquanto a bandeira nacional e as bandeiras dos partidos da oposição estão muitas das vezes ausentes. (SCHUBERT, 2013, p. 89).

Feita esta descrição do processo eleitoral de 2008, “a vitória do MPLA” não representa “surpresa” (SCHUBERT, 2013, p. 92). Portanto, o MPLA “mais uma vez ganhou e, dessa vez, com uma vantagem já que tinha maioria qualificada, com quase 82% dos votos” enquanto o partido “UNITA sofreu uma derrota estrondosa, baixou de setenta deputados eleitos em 1992 para dez deputados em 2008” (MELO, João, 2010, p. 6).

Apesar de as eleições de 2008 terem sido consideradas pelas organizações internacionais, de mencionar a União Europeia (EU) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), de “credíveis e transparentes”, as condições para tal não foram criadas, entende Schubert (2013, p. 80).

O partido MPLA consegue a maioria “esmagadora” no parlamento. Dos 220 assentos, fica com 191 deputados, enquanto o seu rival político UNITA elege 16 deputados, desta forma, Schubert refuta os resultados atribuídos à UNITA pelo Melo de 10 deputados. Já os demais partidos concorrentes ficam com seguintes resultados, “[...] o Partido de Renovação Social (PRS) – oito assentos, a histórica Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) – três assentos, e a coligação Nova Democracia – dois assentos 7” (SCHUBERT, 2013, p. 80).

7 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste projeto, utilizaremos as seguintes metodologias. Em primeiro lugar realizaremos uma revisão bibliográfica a propósito da participação política das Autoridades Tradicionais (Sobas) nos processos eleitorais de 1992 e de 2008. A pesquisa bibliográfica como metodologia consiste na utilização de material já publicado constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, dissertações e teses de doutorado.

Após a realização da revisão bibliográfica, valeremos de subsídios da técnica de recolha direta, isto é, das entrevistas com as Autoridades Tradicionais visto que a escuta de relatos da envolvimento dessas nos processos eleitorais nos conduzirá a compreender melhor os significados de representação e participação sociopolítica nas eleições no município de Nharea. A partir das falas destas Autoridades se extrairá pontos cruciais para entendermos a visão e/ou os apelos destes chefes locais sobre as eleições e os partidos concorrentes.

Será utilizado, portanto, o método qualitativo, cujo objetivo é responder questões particulares, ou seja, trabalhar com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

7.1 Técnica utilizada

Para a realização desta pesquisa, iremos utilizar a coleta de informações por meio das obras já publicadas sobre o tema, fazer entrevista semiestruturada, pois que por meio dela, segundo Minayo (1994, p. 57) “[...] o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais”. Levaremos também o caderno de campo para anotações pertinentes à pesquisa, acompanhado do aparelho de gravação, quer seja celular ou um gravador próprio, para melhor captar o som.

Conforme mencionado acima no método qualitativo, a escolha desta técnica vai favorecer não só para o pesquisador, mas também ao pesquisado na criação de um diálogo aberto capaz de facilitar a compreender o tema, como salienta a autora abaixo:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal. E no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. [...] É por meio de entrevista também que realizamos

pesquisas baseadas em narrativas de vida, igualmente denominadas “histórias de vida” “historias biográficas” “etnobiografias” ou “etno-histórias. (MINAYO,1994, p. 64).

O contato direto com os interlocutores por meio das entrevistas é a técnica que será viável para coleta de informações. Tomarei como materiais as narrativas, as histórias de vida porque com o cargo que eles exercem acredita-se que terão idade compreendida entre os 40 até 70 anos ou mesmo mais, então podemos ver que são pessoas que já vivem há bastante tempo e contando sua história de vida e articulando as perguntas para a evolução do poder de Sobado na província do Bié.

7.2 Local da realização da pesquisa

A pesquisa será realizada no município de Nharea, que fica na zona norte-leste da província do Bié.

7.3 Descrição dos participantes

Os participantes serão homens e mulheres que exerceram a função de Sobas ou Régulos no período em análise, porque como atores sociais, eles se envolveram e participaram ativamente nestes processos eleitorais de 1992 e de 2008.

REFERÊNCIAS

- BETTS, Raymond F. et al. **A dominação europeia: métodos e instituições.1880-1935/** editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva. **De caçadores a caça: sobas, Diamang e o Museu do Dundo.** 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BITTENCOURT, Marcelo. As eleições angolanas de 1992 “The 1992 angolan elections”. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 170-192, 2016.
- BÔAS, Felipe Vilas et al. **Portugueses, moradores e Sobas em Golungo Alto, Angola: negociação e conflito em narrativas de militares, (c. 1840-c. 1860).** 2018.
- BRAGA, Manuel Maria. Os partidos políticos africanos no virar do milénio: um ensaio preliminar. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 7/8, p. 53-77, 2005.
- CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, sécs. XVII e XVIII.** 2013.
- CONSTITUINTE, Assembleia. Constituição da república de Angola. **Consultado a**, v. 11, 2010.
- EKEH, Peter P. O colonialismo e os dois públicos na África: uma declaração teórica com um epílogo. **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. Brasília: FUNAG**, p. 419-452, 2016.
- FLORENCIO, Fernando. No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M'balundu e o Estado Angolano. **Voices do universo rural. Reescrevendo o estado em África**, p. 79-174, 2010.
- LOURENÇO, Vítor Alexandre. Do Conceito de Campo Político em África: contornos teóricos e exercícios empíricos. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 13/14, p. 51-80, 2007.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Varia Historia**, v. 29, p. 745-770, 2013.
- MELO, João. Palestra Ministrada pelo Escritor Angolano João Melo. **Revista Crioula**, n. 14, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa; et el. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. **UNESCO.** Praça de Fontenoy nº7, Paris 75352 107 SP, França, 2014.
- ORRE, Aslak. Fantoques e Cavalos de Tróia? Instrumentalização das autoridades tradicionais em Angola e Moçambique. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 16/17, p. 139-178, 2009

PACHECO, Fernando. Autoridades tradicionais e estruturas locais de poder em Angola: Aspectos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica. **Ciclo de palestras sobre descentralização e o quadro autárquico em Angola, Luanda, Friedrich Ebert Stiftung**, 2002.

PINTO, Tatiana Pereira Leite. Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992. **Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense**, 2012.

SANCHES, Edalina. Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona—O caso cabo-verdiano. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 20, p. 111-138, 2010

SANTIN, Janaína Rigo; TEIXEIRA, Carlos. Poder Local e Autoridades Tradicionais em Angola: desafios e oportunidades. **Sequência (Florianópolis)**, p. 135-172, 2020.

SANTOS, Vítor Manuel Eustáquio dos. **Das narrativas do poder ao poder das narrativas: da reprodução do poder dos grupos subalternos do sistema-mundo: o caso de Angola**. 2017.

SCHUBERT, Jon. Democratização e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra. **Relações Internacionais**, v. 37, p. 79-90, 2013.

VICENTE, Mário João Lázaro. **Os sobas e a construção de Angola nos séculos XVI e XVII**. 2021. Tese de Doutoramento. Universidade NOVA de Lisboa (Portugal).